



# SENADO FEDERAL

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

### Nº 33, DE 2022

Altera o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.

**Autoria:** Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE) Senador José Serra (PSDB/SP) Senador Izalci Lucas (PSDB/DF) Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP) Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO) Senador Plínio Valério (PSDB/AM) Senador Chico Rodrigues (UNIÃO/RR) Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE) Senador Roberto Rocha (PTB/MA) Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR) Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE) Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR) Senador Confúcio Moura (MDB/RO) Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS) Senador Marcelo Castro (MDB/PI) Senadora Rose de Freitas (MDB/ES) Senador Carlos Fávaro (PSD/MT) Senadora Leila Barros (PDT/DF) Senador Paulo Paim (PT/RS) Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO/AL) Senador Esperidião Amin (PP/SC) Senador Guaracy Silveira (PP/TO) Senador Omar Aziz (PSD/AM) Senador Carlos Portinho (PL/RJ) Senador Jader Barbalho (MDB/PA) Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE) Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB) Senador Rogério Carvalho (PT/SE) Senador Renan Calheiros (MDB/AL) Senadora Mailza Gomes (PP/AC)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° , DE 2022

SF/22582.98869-17

Altera o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 107. ....

.....  
§ 1º No caso dos Poderes e órgãos a que se referem os incisos II a V deste artigo, os limites equivalerão:

.....  
§ 1º-A. No caso do Poder a que se refere o inciso I do caput deste artigo, o limite equivalerá:

I - para o exercício de 2017, à despesa primária paga no exercício de 2016, incluídos os restos a pagar pagos e demais operações que afetam o resultado primário, corrigida em 7,2% (sete inteiros e dois décimos por cento); e

II - para os exercícios de 2018 a 2022 e de 2024 em diante, ao valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apurado no exercício anterior a que se refere a lei orçamentária; e

III – para o exercício de 2023, ao valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, publicado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, apurado no exercício anterior a que se refere a lei orçamentária, adicionado de R\$ 80 bilhões (oitenta bilhões de reais), que passam a compor a base de cálculo do limite dos anos posteriores, nos termos do inciso II.

.....  
§ 6º ....



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

VI - despesas com projetos socioambientais ou relativos às mudanças climáticas, no âmbito do Poder Executivo, custeadas por recursos de doações; e

VII – despesas das instituições federais de ensino custeadas por receitas próprias primárias, de doações ou de convênios celebrados com demais entes da Federação ou entidades privadas, desde que não sejam intraorçamentárias.”

**Art. 2º** As despesas realizadas em 2023, decorrentes da ampliação do limite previsto no inciso III, do § 1º-A, do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, até o limite de R\$ 80 bilhões (oitenta bilhões de reais), não serão consideradas para fins de apuração da meta de resultado primário estabelecida no caput do art. 2º da Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022 e ficam dispensadas da observância das limitações legais quanto à criação, à expansão ou ao aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa, inclusive quanto à necessidade de compensação.

**Art. 3º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na sua data de publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta de Emenda à Constituição tem como objetivo principal atender o anseio da sociedade de ampliar as despesas com o programa de transferência de renda de que trata a Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, ou aquele que vier a substituí-lo, mantendo a responsabilidade fiscal no horizonte de médio e longo prazo no País.

Dessa forma, propomos uma expansão de R\$ 80 bilhões no limite das despesas primárias do Poder Executivo para 2023, que se incorporará definitivamente ao teto de gastos calculado para os anos seguintes, para que as despesas necessárias para a manutenção do benefício de R\$ 600,00 sejam realizadas de maneira a atender de forma intertemporal o Teto de Gastos, uma regra fiscal que tem permitido, ao longo de sua existência, a ancoragem das expectativas dos agentes econômicos em relação à condução da política fiscal. Isso aumentará a previsibilidade da política macroeconômica e fortalecerá a confiança dos agentes, estimulando a capacidade da economia de gerar empregos e renda, além de contribuir para a inflação permanecer sob controle.

SF/22582.98869-17



Essa ampliação do limite possibilita também outras ações de expansão de gastos em áreas importantes como saúde, educação, ciência, tecnologia e cultura, além de flexibilidade para alocação em despesas discricionárias, inclusive aumento real no salário-mínimo em 2023. A título de exemplo, podem recompor programas como Farmácia Popular, Merenda Escolar, ou o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e outras ações como reduzir a fila do Sistema Único de Saúde (SUS) e implementar a Lei Aldir Blanc. Tudo isso, sem perder a âncora fiscal vigente, possibilitando o planejamento de uma rediscussão do arcabouço de regras fiscais para o futuro.

Propõe-se, adicionalmente, aperfeiçoamentos no Teto de Gastos, que permitirão a exclusão de despesas com projetos socioambientais custeados por recursos de doações, além de despesas de instituições federais de ensino custeadas com receitas próprias primárias.

Qualquer regime fiscal busca prover credibilidade das ações de políticas públicas e do planejamento de um governo, muitas das vezes consubstanciado no equilíbrio das contas públicas e na sustentabilidade da dívida pública. A discussão do arcabouço adequado não é algo trivial que possa ser realizado ao final de uma legislatura e sem um novo governo empossado e uma equipe já com todos os dados e informações necessários para proposição de uma nova regra fiscal perene. O ideal é que o novo governo tenha tempo hábil para negociar e propor um arcabouço que seja adequado para um novo ciclo de crescimento da economia brasileira.

Nesse sentido, apresentamos a presente emenda substitutiva global por compreendermos a importância de o governo eleito assegurar a ampliação do programa de transferência de renda e permitir que outras ações de caráter social sejam implementadas. Contudo, mais do que prover políticas públicas sociais temos que garantir sustentabilidade a essas políticas ao longo do tempo e previsibilidade e proteção aos beneficiários. Assim propomos esta PEC da “Sustentabilidade Social”.

Nesses termos, peço o apoio dos meus pares para a aprovação da presente proposta.

Sala das Sessões,

**Senador TASSO JEREISSATI**

# LEGISLAÇÃO CITADA

- Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT-1988-10-05 , Disposições Transitórias da Constituição Federal - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:ato.disposicoes.constitucionais.transitorias:1988;1988>

- art107

- art107\_par1-1\_inc3

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art60\_par3

- Lei nº 14.284, de 29 de Dezembro de 2021 - LEI-14284-2021-12-29 - 14284/21

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2021;14284>

- Lei nº 14.436 de 09/08/2022 - LEI-14436-2022-08-09 , Lei de Diretrizes Orçamentárias -

LDO - 14436/22

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2022;14436>

- art2\_cpt